

A Constituinte

Samuel quer ver o Congresso trabalhando

Caso contrário — ele pensa — os poderes da Constituinte serão excessivos. O PMDB e o PFL, que não se entendiam sobre o assunto, já pensam num acordo.

O presidente José Sarney não concorda com a suspensão dos trabalhos do Congresso durante o funcionamento da Constituinte, e espera que os líderes da Aliança Democrática cheguem a um acordo sobre o assunto. O presidente, inclusive, aceita a periodicidade que for acertada entre o PMDB e o PFL, desde que as duas Casas não entrem em "recesso branco" como defende a bancada peemedebista na Câmara.

Antecipando-se a um virtual acordo, o deputado Amaral Neto, líder do PDS, pediu ontem sua inscrição para falar no grande expediente em uma hipotética sessão ordinária da Câmara nesta segunda-feira à tarde, provocando, com isso, o eventual funcionamento da Casa. Caso o seu pedido seja negado, o deputado vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal, pedindo garantias para o exercício do seu mandato de parlamentar.

Ontem à noite, no entanto, apesar das escaramuças verbais dos últimos dias, os líderes do PMDB e do PFL, deputado Luiz Henrique (SC) e José Lourenço (BA), reunidos no apartamento do primeiro, revelaram disposição para chegar a um acordo, embora o PMDB e as facções das esquerdas do "grupo pró-soberania" não queiram aceitar o funcionamento normal da Câmara e do Senado, até a promulgação da nova Constituição.

Em audiência concedida ao líder da maioria e do governo, deputado Carlos Sant'Anna, o presidente Sarney esclareceu ainda ontem que não apresentará nenhuma objeção se os dois partidos que lhe dão sustentação política chegarem a um entendimento para o Congresso funcionar apenas extraordinariamente. Segundo o presidente da República, é inaceitável a paralisação total dos trabalhos legislativos, pois isto serviria para reforçar ainda mais os poderes da Assembleia Constituinte.

Obstáculo

A questão constitui atualmente o maior obstáculo à votação do regimento interno da Constituinte, que deverá começar na terça-feira. A bancada do PMDB na Câmara já decidiu a favor da suspensão dos trabalhos na Casa, com o que não concordam os senadores — que têm sessão marcada para esta segunda-feira, às 18h30 —, com receio de que a medida venha a facilitar a implantação futura do sistema unicameral. O presidente do Senado, Humberto Lucena, pretende discutir nesse dia com os líderes partidários a adaptação do regimento da Casa e um funcionamento extraordinário durante a Constituinte.

Enquanto isso, Luiz Henrique voltou a observar que se o Senado e a Câmara funcionarem normalmente, "não teremos uma verdadeira Constituinte, mas um faz-de-conta que frustrará a sociedade brasileira". José Lourenço retrucou, esclarecendo que o PFL não defende o funcionamento regular do Congresso, "mas não podemos aceitar a Câmara e Senado fechados até a promulgação da nova Carta".

O acordo, embora difícil, não seria impossível. Lourenço admite o funcionamento da Câmara e do Senado, "duas ou três vezes por semana", e Luiz Henrique, por sua vez, aceita o funcionamento das duas Casas, "em caráter extraordinário", uma ou duas vezes por semana, quando houver necessidade, em horário não coincidente com a Constituinte. "Nós, do PMDB, nunca falamos que o Congresso deveria ficar fechado, inativo, até a promulgação da nova Constituição", garantiu o líder peemedebista.

No PDS, o conflito entre a cúpula — que quer o funcionamento das duas Casas — e cinco dos 37 deputados que preferem a Constituinte exclusiva só deverá ser resolvido durante a reunião da Executiva Nacional do partido, convocada para a próxima quarta-feira, às 10 horas da manhã. Mostrando-se irritado, Amaral Neto tentou justificar sua inscrição na Câmara alegando que não sabe onde está o livro de registro de oradores e que não está presente em Brasília nenhum membro da Mesa da Câmara. Com isso, ele encaminhou à Mesa, através do secretário-geral, Paulo Afonso Martins, dois pedidos de informação que, pelas normas provisórias do regimento interno da Constituinte, são encaminhados diretamente ao presidente da República para resposta: um, sobre a negociação da dívida externa; e um outro, sobre a previsão real de gastos com a construção do edifício-sede da EBN (Empresa Brasileira de Notícias), uma vez que o valor inicial de Cr\$ 250 milhões pode ser aditado.

A intenção principal de Amaral Neto ao pedir sua inscrição para falar em uma sessão da Câmara, que até agora não foi convocada, é provocar um fato novo que pode garantir-lhe, pela via judicial, o funcionamento efetivo da Câmara, previsto no artigo 29 da Constituição vigente.

Dante está saindo?

Há indicações cada vez mais claras de que o ministro Dante de Oliveira está-se preparando para deixar o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário: nos últimos dias, um ministro de Estado e duas pessoas

ligadas a Dante confirmaram que ele, insatisfeito com a falta de atendimento das necessidades básicas do Incra e falta de apoio político ao programa de reforma, está disposto a trocar o cargo por outra função em Brasília, não devendo reassumir a Prefeitura de Curitiba. O ministro tem-se queixado do desgaste político que vem sofrendo desde que assumiu o Mirad, afirmando que se a reforma continuar no atual impasse ele acabará sendo responsabilizado pelo fracasso do programa.



No sertão sergipano, Sarney recebe elogios do governador.

Sarney em Sergipe: vaias e aplausos.

Os apupos partiram de manifestantes da CUT, que o chamaram de "impostor". As palmas dos populares por causa da moratória.

"Sei que foram os pessimistas que atrasaram por 40 anos a entrada do povo de Deus na terra da promessa e não serei um deles", disse ontem o presidente Sarney, ao inaugurar, no sertão de Sergipe, a nova cidade de Canindé do São Francisco. Na viagem a Sergipe, Sarney queixou-se das críticas dos políticos e em Aracaju chegou a receber algumas vaias ao entrar no Palácio Olímpico Campos. Sarney queixou-se das acusações de ser um dos raros otimistas, reafirmando que o Brasil "tem futuro", e os que não têm paciência são os que "nunca tiveram fome, nunca souberam o que é a dificuldade do emprego. Os que estão mergulhados na riqueza nunca têm paciência, são os mais impacientes do Brasil".

Sarney aproveitou também para se lamentar dos políticos, mandando um recado indireto aos peemedebistas baianos que recusaram uma audiência e decidiram — a maioria das bancadas federal e estadual — não comparecer à sua recepção hoje, em Salvador, por achar que "a festa é do PFL, que foi derrotado nas urnas, e o objetivo da visita é prestigiar o governador baiano João Durval, que deixa o cargo derrotado". Sarney, em seu discurso na inauguração de Nova Canindé do São Francisco, a 213 quilômetros de Aracaju, fez questão de agradecer à bancada federal de Sergipe "A gentileza, a confiança e a bondade de, incorporada e sem divisões partidárias, aqui acompanharem o presidente numa demonstração de apreço a esse contrerâneo do Nordeste".

Ao seu lado estavam os oito deputados federais de Sergipe (quatro do PFL e quatro do PMDB), os dois senadores do PFL e o do PMDB, Francisco Rolden, além do ex-deputado José Carlos Teixeira, que perdeu as eleições para governador para Antonio Carlos Valadares. Em Canindé, além de muito aplauso, Sarney também foi elogiado pelo governador João Alves Filho, "por ter tomado uma firme decisão em defesa da soberania nacional, suspendendo o pagamento dos juros extorsivos cobrados pelos banqueiros internacionais".

Sarney garantiu que o Brasil está resistindo às pressões internacionais e não irá ceder, e que o problema da dívida externa "tem que ser encarado como estamos fazendo: o país afirmando a sua soberania e defendendo os seus interesses. Não é um problema ideológico, nem de confrontação, mas de negociação", disse.

Em Aracaju, onde à noite assinou convênio no valor de Cr\$ 582 milhões para a construção do porto da cidade, Sarney foi recebido com vaias por um grupo de manifestantes — logo identificados pelos políticos como representantes da CUT, Central Única dos Trabalhadores — que portava faixas taxando-o de "impostor" e pedindo "mais salários e não fome".

O MANDATO

Maciel quer os seis anos. E por acordo.

O presidente José Sarney manifestou-se ontem contra o "projeto de decisão" que o secretário-geral do PFL, Saulo Queiroz, pretende apresentar para definir o mandato presidencial em seis anos. O projeto de decisão teria base no parágrafo 7º do artigo 57 do regimento interno da Constituinte. Segundo o porta-voz do Palácio do Planalto, Antônio Frota Neto, que transmitiu o protesto do presidente, "Sarney é contra qualquer projeto de decisão porque entende que esse mecanismo cria um poder paralelo".

O porta-voz disse ainda que o presidente pretende esclarecer que não teve conhecimento antecipado da decisão do deputado de apresentar o "projeto de decisão", negando com isso que Sarney tenha

transmitido a Saulo Queiroz, na semana passada, que a definição da duração do seu mandato daria maior estabilidade ao País em um momento em que estão sendo mantidos entendimentos com os credores externos. De acordo com Frota Neto, Sarney foi bastante claro: "Não concorda com a criação de poderes paralelos no País, o que vale dizer, tanto para os poderes Executivo e Judiciário, como para o Legislativo".

Esse ponto de vista, prosseguiu o porta-voz palaciano, decorre da necessidade "de construir a transição democrática dentro do Estado de Direito". Para o presidente da República, fora desse prisma "o que existe é o caos".

Mesmo discordando do "projeto

de decisão" de Saulo Queiroz, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, acha possível um entendimento na Aliança Democrática para definir em seis anos o mandato do presidente Sarney antes que o assunto conste da pauta da Constituinte. Em hipótese alguma, entendeu o ministro, o regime da Assembleia deve permitir que se trate da duração do mandato — o que acontecerá caso fosse aprovado o "projeto de decisão" do secretário-geral do PFL. Maciel qualificou a atitude do deputado como "estritamente pessoal" que não tem nada a ver com a sua convicção pessoal, segundo a qual Sarney deve ter resguardado o "direito adquirido" de seis anos de governo e, nas disposições transitórias da nova Carta, estabelecer um período de cinco anos pa-

ra o novo presidente da República, sem direito a reeleição.

Após conversar com o ministro Maciel, ontem, o líder do PMDB, deputado Luiz Henrique (SC), declarou que o governo não tem urgência para a questão do prazo do mandato. "Mais importante que isso é o exame da crise social, da questão da dívida externa, do combate à inflação", salientou.

Ao contrário de alguns líderes e dirigentes do PMDB, o líder catarinense não insistiu na tese do mandato de quatro anos para Sarney, acrescentando que o assunto será examinado no momento oportuno, pela Comissão de Sistematização, pois está incluído no capítulo das Disposições Gerais da nova Carta.

mentares ligados a José Lourenço observaram que Sarney, ao desmentir as cobranças que teria feito a Ulysses, permitiu que peemedebistas, como Antônio Brito, por exemplo, ironizassem a atuação do líder do PFL comparando-o ao ex-deputado Alcides Franciscato. (Franciscato era um parlamentar que tinha acesso ao general Figueiredo; contava num dia tudo o que tinha ouvido e, no outro, voltava a público para desmentir o que tinha dito.)

O desmentido de Sarney provocou também uma nova postura no PFL. O próprio Lourenço, que sempre defendeu o mandato de seis anos para o presidente, acrescentou ontem uma ressalva: "Isso vai depender do governo". Confidencialmente, parlamentares do PFL não deixaram de se queixar das vacilações de Sarney. Se o desmentido do presidente foi feito com a intenção de desagregar Ulysses, acabou agravando a posição do PFL. "Na hora em que estamos lutando pelo governo na Constituinte recebemos um golpe violento. Até parece que o namorado de verdade do governo é o PMDB. O PFL é a outra", criticou um dirigente frentista. "Ou o presidente prefere o apoio condicional do PMDB ou acha que só o PFL tem o dever de apoiar o governo, aconteça o que acontecer."

Luiz Henrique e Lourenço conversam: o acordo PMDB-PFL parece estar próximo.



Luiz Henrique



Lourenço



Maciel

ca parar, deter; e o termo "medidas" teria o significado de providências ou ações que possam obstar a elaboração da futura Constituição. Não estariam compreendidos nessas medidas quaisquer textos legais, até porque uma lei se altera ou se revoga, mas não se pára ou detém. O último parágrafo diz que os constituintes devem dar prioridade à elaboração da nova Carta, "que seputará definitivamente a legislação antidemocrática do regime autoritário". Em outras palavras, a extinção do chamado "entulho autoritário" se dará com a promulgação da nova Constituição.

Feita a descoberta, Luiz Henrique espera que o regimento seja aprovado na próxima terça-feira. "Não podemos mais retardar a aprovação. A opinião pública não aceitará", disse. E, ontem mesmo, viajou a Brasília para cuidar da mobilização de sua bancada para a votação da matéria. Mas alertou que o PMDB não abrirá mão do funcionamento da Câmara em caráter excepcional durante os trabalhos da Constituinte.

Apoio

Além disso, Luiz Henrique tem outra tarefa pela frente: vencer os peemedebistas de que o governo Sarney precisa do apoio do partido para respaldar as propostas de mudanças sociais. Mais que uma tarefa, porém, a advertência de Luiz Henrique serviu ontem para responder às versões que surgiram da conversa que Sarney manteve com Ulysses Guimarães em sua fazenda, no último fim de semana. Os líderes do PFL interpretaram a conversa como uma cobrança de apoio ao governo, sob pena de represálias.

Descoberta

De fato, essa constatação foi feita por vários parlamentares que dedicaram-se a ler atentamente o preâmbulo do substitutivo de Fernando Henrique durante os feriados do Carnaval — e nessa leitura muitos descobriram a chave para a solução do impasse em torno do tal parágrafo 7º do artigo 57. O texto consta de quatro curtos parágrafos. O primeiro fala da "luta do povo pelo término do regime autoritário"; o segundo refere-se à emenda 26, que elegeu os parlamentares com poderes de elaborar a nova Constituição.

O parágrafo seguinte diz que os constituintes têm o poder de "sobrepor medidas que possam ameaçar os trabalhos e decisões soberanas da Assembleia, no cumprimento da missão que lhes foi conferida". Sobrepor signifi-